

Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior

Internationalization management of higher education institutions

Sabrina Borges Ramos de Carvalho¹ - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Campus Três Lagoas | COAD/CPTL/UFMS | Três Lagoas | MS | Brasil. Contato: sabrinatls@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1954-8351>

Geraldino Carneiro de Araújo² - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Campus Paranaíba | UFMS CPAR | Paranaíba | MS | Brasil. Contato: geraldino.araujo@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7506-703X>

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir o contexto da gestão da internacionalização no ensino superior brasileiro. A internacionalização da educação superior se justifica e revela seu significado e que visa contribuir para a gestão das instituições de ensino superior brasileiras. A internacionalização, como política pública para o ensino superior, se insere como uma estratégia importante para o avanço e compartilhamento da ciência no mundo globalizado. Ainda existem limitações significativas à efetiva implantação e gestão da internacionalização, porém o processo não é mais incipiente e o país tem avançado. A gestão da internacionalização tem muitos desafios, no entanto, se vê esforços para o alcance de melhores índices, de forma a fomentar a internacionalização promovendo oportunidades de progresso e desenvolvimento da cidadania.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Internacionalização. Políticas educacionais. Transnacionalização.

Abstract: This study aims to discuss the context of internationalization management in Brazilian higher education. The internationalization of higher education is justified and reveals its meaning and aims to contribute to the management of Brazilian higher education institutions. Internationalization, as a public policy for higher education, is an important strategy for the advancement and sharing of science in the globalized world. There are still significant limitations to the effective implementation and management of internationalization, but the process is no longer incipient and the country has advanced. The management of internationalization has many challenges, however, efforts are being made to achieve better indexes in order to foster internationalization by promoting opportunities for progress and development of citizenship.

Keywords: International cooperation. Internationalization. Educational policies. Transnationalization.

• Recebido em: 8 de dezembro de 2018 • Aprovado em: 18 de novembro de 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000100007>

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

1 Introdução

Os governos, as empresas, as instituições e a sociedade têm a educação como grande diferencial para objetivar a ascensão do futuro. Ela caminha em direção a uma outra globalização em busca do conhecimento universal. Mudanças surgem sobre o papel das universidades e sua função de integrar culturas, pessoas e seus conhecimentos com o devido reconhecimento e respeito à multidisciplinaridade e diversidades, além de ser o vetor de expansão, qualificação, solução e manutenção de sua atividade primordial que é o ensino. Neste sentido se faz necessária à cooperação internacional em nível acadêmico rumo à consolidação da efetiva internacionalização institucional (LIMA; MARANHÃO, 2009; STALLIVIERI, 2002).

O embasamento sobre internacionalização no ensino superior é um conceito complexo, com diversidade de termos e teorias relacionadas à universidade, conhecimento, globalização, transnacionalização, educação internacional, políticas educacionais, entre outros. A globalização é um processo primordial que abrange impactos em diversos setores da economia, a educação resulta em um deles, sendo que o sistema acadêmico internacional sofre pressão de adaptação frente a estas novas circunstâncias e as universidades que sempre foram ambientes internacionais que perpassam os impactos do ambiente globalizado. Ignorar é um risco à sobrevivência da instituição, visto que a difusão da propriedade intelectual deve acompanhar os padrões mundiais, justificando o epíteto de sociedade moderna para a sociedade do conhecimento (MOROSINI, 2006; SGUISSARDI, 2005).

A internacionalização da educação superior é apontada como um valor universal do conhecimento e formação, além de ser uma expressão voltada para a tendência em oferecer experiências internacionais aos seus cidadãos, que é um dever das universidades, por meio da gestão do sistema de cooperação interinstitucional solidificado e fortalecido, com a existência de estratégias claras, tais como: viabilidade e integração da comunidade estrangeira; facilitar o estabelecimento da rede de professores no mundo; recursos financeiros e humanos disponíveis e focados nesta política pública; diminuição das barreiras linguísticas; sensibilização da comunidade acadêmica; fomentar oportunidades de mobilidade; formação de parcerias, convênios e programas de cooperação; abrir oportunidades de trabalhos para egressos; incentivar a cultura solidária institucional; apoio necessário ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão e por último a avaliação das ações de cooperação (PESSONI, 2017; STALLIVIERI, 2002).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017b) aporta à internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, bem como um processo necessário e inerente aos desafios de uma sociedade globalizada. Ela deve ser entendida como um meio e não como um fim em si mesmo e se constitui na integração de dimensões internacionais, intercultural ou global na finalidade, funções ou entrega de educação superior, com especial atenção à pós-graduação. Por conseguinte, são objetivos específicos e é a contribuição fundamental para que o Brasil realize as suas potencialidades no que se refere qualidade das pesquisas realizadas em âmbito nacional e a interface entre produção científica e inovação tecnológica com inserção internacional.

É nesta conjuntura contemporânea que o estudo sobre internacionalização da educação superior se justifica e revela seu significado e que visa contribuir para a gestão das instituições de ensino superior brasileiras. Este estudo se propõe a discutir o contexto da gestão da internacionalização no ensino superior brasileiro.

A universidade e seus diversos contextos

A Constituição de 1988, no seu artigo 207, traz que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem dizendo que sua concepção de autonomia é muito específica e não deixa margem pautada na lei para uma grande reforma e mudança (BRASIL, 1988). Rodrigues e Tontini (2007) fazem alusão ao importante papel da universidade em se desempenhar como “disponibilizadora” de conhecimento e educação, sua principal razão de existir é preparar pessoas para as organizações. O poder de influenciar o bem-estar da sociedade também compete às universidades.

A economia global é identificada pela sua independência, regionalização e segmentação excludente. Diferentes ministérios e órgãos compostos por níveis administrativos que se estendem do sistema até as instituições educacionais de graduação e pós-graduação corporificam o aparato governamental com suas políticas educacionais como parte do conjunto de políticas públicas sociais no movimento de regulação da educação. A universidade se encontra entre o Estado e suas políticas públicas, as ameaças da globalização e os presságios da internacionalização, esses são os desafios impostos por inúmeras restrições financeiras-econômicas (CABRAL NETO; CASTRO, 2012; FRANCO; MOROSINI, 2005).

A ciência da política pública é o estudo das disciplinas que explicam a relação entre a elaboração da política *policy-making* e o seu processo de execução *policy-executing process*, e

também corrobora ao fornecer informações e interpretações relevantes para os problemas em determinado período (LASSWELL; LERNER, 1951). O conceito de políticas públicas engloba um conjunto de ações, decisões e incentivos que interagem de forma a alterar uma realidade em resposta à demanda dos interesses envolvidos. São ações “desencadeadas por atores que lidam com determinado problema público” e desenvolvidas por intermédio do processo político (RODRIGUES, 2010, p. 52).

Na continuação do contexto, no período atual do século 21 as mudanças sociais, culturais e econômicas solicitam dos gestores um olhar diferenciado para com a administração pública nos requisitos de análise e implementação global pela inovação. Já as políticas educacionais estão intrinsicamente ligadas às decisões do governo que têm incidência no ambiente de ensino e de aprendizagem. As reformas que atingem as universidades são consequências das influências das ações internacionais e principalmente das políticas dos órgãos governamentais regionais, resulta na construção de políticas educacionais e a internacionalização das IES (HOCHGERNER, 2012; KRAWCZYK, 2008; PUIATI; SANDRI, 2008).

Os agentes públicos são impelidos a encontrar novas e inovadoras formas de alcançar resultados para diferentes solicitações de serviços baseados nas perspectivas públicas. Os representantes das ações públicas possuem desafios, como; reestruturar os moldes burocráticos, redefinir missões organizacionais, agilizar processos e descentralizar a tomada de decisões. Uma nova perspectiva da universidade pública relaciona a educação sendo vista pelo Estado não como um gasto público e sim como um investimento social e político de direito, e o Estado como seu mantenedor. A heteronomia é visível nas áreas de pesquisas básicas no qual o vínculo com objetos e métodos acadêmicos com grandes centros pesquisadores dos países que possuem hegemonia econômica, sinal claro que as universidades públicas se tornam um peso para o Estado. E para que haja autonomia com caráter público e democrático as universidades devem recuperar o poder e a iniciativa de definir suas próprias linhas de pesquisas e prioridades, assim como incentivar o intercâmbio com universidades do país e estrangeiras, de modo a permitir formações com diferentes especificidades regionais, nacionais e linhas de trabalhos internacionais (CHAUÍ, 2003; DENHARDT, R.; DENHARDT, J., 2000).

A política governamental do Brasil deve criar mecanismos para o alcance de objetivos econômicos-políticos que possibilitem a inserção do País na ordem mundial por meio da cooperação e alianças, principalmente com América Latina (KRAWCZYK, 2008; MOROSINI, 2006). O processo de internacionalização acadêmica no Brasil é um movimento recente, apesar do reconhecimento de sua importância, não é só uma questão da vida acadêmica, ou seja, ela

deve estar contemplada no âmbito das políticas e decisões estratégicas das IES com metas evidentes. Este processo está vinculado à crescente importância da universidade no fortalecimento das economias nacionais e no desenvolvimento tecnológico e científico (KRAWCZYK, 2008; SANTOS, 2009; STALLIVIERI, 2017).

Enfim, as universidades devem delimitar uma política interna bem direcionada a fim de estabelecer uma congruente ligação com seu meio ambiente. Elas devem se tornar parâmetro de monitoração das tendências científicas, industriais e tecnológicas. Uma verdadeira universidade empreendedora administra com maestria a transferência tecnológica e geração de conhecimentos. E a pesquisa se intitula como elemento chave para o desenvolvimento do país (RODRIGUES; TONTINI, 2007).

Processo de internacionalização nas IES

O processo de internacionalização das IES no mundo não é um fenômeno novo, contudo sua teorização é relativamente recente e aborda diferentes aspectos inerentes ao tema, como econômicos, políticos, socioculturais e acadêmicos. A motivação pela busca de conhecimento com a mobilidade acadêmica pode ser identificada como o marco do início da internacionalização do ensino. A percepção de que internacionalização de ensino superior é um conceito que tem sofrido mudanças há pelo menos duas décadas, quando o tema começou a repercutir e sua abordagem já incluía: cooperação internacional, relações acadêmicas internacionais e mobilidade de estudantes estrangeiros (DUARTE *et al.*, 2012; MIURA, 2006).

A internacionalização é definida por trocas internacionais relacionadas à educação, sendo um processo na universidade como um todo, de relações universitárias além da nação. O embasamento teórico pressupõe que a transnacionalização universitária, resultado da globalização, traz o dinâmico processo de formulação de políticas educacionais públicas estatais e não estatais. Essa transnacionalização adquire status não só dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul), mas do mesmo modo extensível à União Europeia e demais continentes. A internacionalização no ensino superior engloba políticas e programas de governo, com sistemas e subdivisões acadêmicas para lidar com a globalização. E também permite significativa autonomia, iniciativa e criatividade no novo ambiente que se forma (ALTBACH, 2004; MOROSINI, 2006).

Em séculos recentes, um fator de destaque é a exportação de modelos educacionais para países periféricos e a internacionalização assume conotação política de colaboração internacional acadêmico-científica como meio de controle e expansão de poder político-

econômico. A cooperação educacional, exemplificados por meio de bolsas de estudos ou programas de treinamento, viabiliza a política externa por meio de projetos de governos. Ainda segundo os autores a globalização econômica, política e cultural atrai aportes para investimentos, comércio, conhecimento, tecnologia, ideia e pessoas entre países, por conseguinte há maior visibilidade e foco para a internacionalização das IES por meio do interesse de acadêmicos e governo. O processo da globalização trouxe consigo oportunidades de ter programas acadêmicos diferenciados. O processo de globalização ressalta a importância de subsídios para novos programas acadêmicos que ganhem reputação e visibilidade na realidade contemporânea (DUARTE *et al.*, 2012).

Além de ser um resultado da globalização, há outros motivos que contribuem ao processo de internacionalização de acordo com De Wit (1998), Miura (2006) e Stallivieri (2017):

- a) Fatores políticos, como soluções, desenvolvimento e crescimento regional onde está à instituição, ademais o entendimento mútuo entre os povos;
- b) Fatores econômicos, de modo a competir em igualdade de condições com as mais renomadas instituições de ensino superior no mundo e as IES se tornam atraentes para os investimentos estrangeiros e alianças estratégicas;
- c) Fatores acadêmicos, representado pela expansão da participação nos fóruns globais e incluindo discussões de problemas de ordem internacional;
- d) Fatores socioculturais, engrandecimento dos hábitos, crenças, valores, linguagem.

A literatura sobre internacionalização nas IES aborda sobre as políticas, estratégias, ações, contudo não faz distinção voltada para esfera de graduação ou pós-graduação, tampouco abrange o papel das redes interpessoais dos docentes no processo de internacionalização. Contudo, Miranda e Stallivieri (2017) cita a política de internacionalização é preocupação do governo e sua visualização é possível pelo Programa Ciências Sem Fronteiras e a partir do Plano Nacional de Pós-graduação de 2011-2020, ademais não está visível o que se deseja com internacionalização em termos de política pública.

As iniciativas compreendidas dentro do procedimento estão: o desenvolvimento de programas acadêmicos que visem à mobilidade de estudantes e do corpo técnico; estudo de idiomas; participação e colaboração em pesquisa, seminários e conferências internacionais; programas de educação à distância; firmar parcerias e cooperação internacional; essas são ações que fomentam o encadeamento da internacionalização (DUARTE *et al.*, 2012; PESSONI, 2017).

Para Morosini (2006, p. 116) “o mundo está se movendo na direção de internacionalizar educação superior usando as energias da academia e respondendo às necessidades do mercado”. Em suma, o eixo da internacionalização enquanto um processo amplo e dinâmico que engloba ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, constrói recursos para a educação superior e agrupa diversos aspectos como; fatores, políticas, recursos, ações, cooperações, indivíduos e culturas de uma rede complexa de abrangência local, regional e mundial.

Processo de cooperação internacional

Para Aveiro (2015, p. 88) “A cooperação internacional é vista como uma forma de se gerar benefícios mútuos para os cooperantes”. A Constituição Federal Brasileira de 1988, como princípio fundamental que rege as relações internacionais, dispõe:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

O avanço da industrialização e a complexidade da administração pública no final da década de 1940 fez-se a urgência em formar especialistas e pesquisadores nos diversos ramos de atividade científica. Mediante este quadro situacional, em 1951 criam-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agências que atuam em áreas semelhantes. Por conseguinte, a aproximação do Estado com a Universidade se fez por meio da definição de políticas públicas de fomento à pesquisa e a cooperação se tornam visíveis perante a produção conjunta de conhecimento, acordos bilaterais que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros (KRAWCZYK, 2008; MOROSINI, 2011).

O CNPq está incorporado no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação e tem como missão fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa, assim como os pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional (CNPq, 2017).

A Capes subsidia o Ministério da Educação (MEC), na formulação de políticas nacionais para as áreas de educação básica, educação à distância e pós-graduação, desempenhando papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação sendo uma das principais agências de fomento educacional do país. A Capes vem atuando no apoio ao

estabelecimento de parcerias entre universidades e institutos de pesquisa, por meio de uma de suas grandes linhas de ação que é a cooperação científica e internacional, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico dos países receptores. O Brasil como importante provedor na cooperação internacional em crescimento, a instituição tem relevante papel na modalidade educacional baseado num conjunto estruturado de programas, todavia, a cooperação brasileira é destacada pela descentralização da atuação dos órgãos (AVEIRO, 2015; CAPES, 2017a).

Atualmente, a portaria que trata do Programa Institucional de Internacionalização foi:

Instituído pela portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, o Programa Institucional de Internacionalização das IES e de Institutos de Pesquisa do Brasil (CAPES/PrInt) tem como objetivo fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização de instituições, estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação, promover a mobilidade de docentes e de discentes, incentivar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além de integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização (CAPES, 2017b).

Como a cooperação internacional na pós-graduação é gerida no Brasil principalmente pela Capes, ela valida que os principais atores da área de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior no Brasil devem assumir o protagonismo no processo de internacionalização da pesquisa brasileira. Conclui-se que é dado o devido estímulo às instituições para definir sua própria estratégia de internacionalização nas áreas temáticas cuja própria instituição se destaca e é vocacionada para atuar (CAPES, 2017b).

Para países em desenvolvimento, a cooperação se torna elemento essencial para sua inserção internacional e desempenha papel cada vez mais importante e estratégico para a educação superior. A Capes, como primordial agente de promoção da cooperação educacional na expansão internacional, tem relevante papel nos esforços das IES no país para o progresso da ciência, tecnologia e melhoria dos níveis educacionais visando ao desenvolvimento internacional sustentável, relevantemente se faz mencionar que ela acompanha as grandes tendências da política internacional governamental (AVEIRO 2015; CENERINO; SILVA, 2008; KRAWCZYK, 2008).

De acordo com Duarte *et al.* (2012), as IES devem contar com políticas e estratégias bem estruturadas e definidas e somente mediante as ações que elas se concretizam. Os acordos acadêmicos estão entre as ações mais relevantes que elenca o restante das medidas necessárias ao atingimento de metas da cooperação internacional. Esses acordos são estabelecidos em sua maioria devido à formação de blocos econômicos regionais. No arquétipo brasileiro temos o Mercosul, e possuem escopo amplo e visam fomentar programas de cooperação entre as IES

dos países envolvidos e a mobilidade acadêmica. Somente os acordos não são suficientes para a internacionalização, entretanto os acordos tendem a ser mais duradouros e efetivos quando se originam das redes de relacionamentos dos próprios docentes.

Com a cooperação internacional as instituições promovem a internacionalização do campus almejando reconhecimento e visibilidade internacional, atraindo assim professores e pesquisadores renomados, como também estudantes de diversas partes do mundo. As ações cooperativas decorrem dos movimentos globais e principalmente a mobilidade de pessoas, contudo não há uma frequência ordenada e sistematizada, e para tanto, se torna iminente o levantamento de atividades que possam diagnosticar a posição da internacionalização na instituição em questão (STALLIVIERI, 2017).

O campo da cooperação internacional se faz pelas políticas de internacionalização da universidade e é um processo árduo que requer contatos constantes e persistentes por uma equipe disposta a contribuir com a evolução dos convênios, para não resultar em convênios inoperantes (CENERINO; SILVA, 2008; KRAWCZYK, 2008).

A CAPES (2017d) afirma estar trabalhando proativamente para as IES brasileiras se tornarem mais competitivas e acompanharem o desenvolvimento em pesquisa de outros países, assim como, iniciativas de excelência com inserção internacional, disponibilização de financiamento contínuo e não contingencial, desenvolvimento de projetos com abrangência a todas as áreas do conhecimento e investimento em ciência e tecnologia. A pesquisa em colaboração com outros países tem um impacto maior, o que ocorre também quando ela é realizada em associação com empresas.

Desafios da gestão da internacionalização

Os objetivos da internacionalização, para Santos (2016, p. 23) podem ser divididos em “uma hipótese de natureza predominantemente institucional e outra, de natureza principalmente acadêmica”. Sudgen (2004) cita que a literatura mundial da internacionalização no ensino superior tem uma forte ênfase para “negócios”, devido à pressão das forças da globalização e capitalismo, e mediante o exposto se faz urgente e necessário o estabelecimento de regras e práticas acadêmicas para que o objetivo da perspectiva na educação internacional não se confunda com o das organizações comerciais.

O desenvolvimento de pesquisas, assim como a mobilidade de alunos e professores, forçam as IES a buscarem a consolidação da política de internacionalização, portanto Santos (2016) menciona que o ensino, a pesquisa e a extensão são fortalecidas em conjunto com a

comunidade acadêmica além das fronteiras, culminando para a junção de atividades que torna o processo dinâmico em complementaridade das razões acadêmicas e econômicas no aporte à pesquisas.

O diagnóstico institucional deverá ser elaborado para visualizar o atual estágio da internacionalização da IES e, por conseguinte definir planos e metas de acordo com as políticas claras estabelecidas. Os planos devem identificar as fraquezas, pontos fortes, objetivos, avaliar e monitor, e na sequência rever e ajustar o plano conforme o desencadear dos fatos e ações. A preparação do diagnóstico poderá ser bem extensa, de modo a estabelecer aspectos internos e externos a instituições, ressalva para cenários políticos, econômicos e sociais envolvidos (STALLEVIERI, 2017).

Para estabelecer a política da internacionalização, torna-se primordial a análise da atual conjuntura da instituição incluindo visão, missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Stallivieri (2017) cita demais informações essenciais a serem consideradas: localização geográfica; linguagem de comunicação; potencial de publicações científicas em revistas internacionais, assim como a capacidade de participação em pesquisas de níveis mundiais; competência em estabelecer e manter parcerias internacionais; participar e gerir programas globais de mobilidade acadêmica para docentes, pesquisadores, discentes e corpo técnico; possibilidade de receber pesquisadores internacionais e desenvolver projetos de pesquisa a nível internacional, e também sua manutenção com recursos disponíveis; não obstante os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura necessários à manutenção do plano estratégico.

No Brasil há uma tendência à internacionalização passiva (mobilidade de docentes e discentes para o exterior), e para a ativa, o fluxo é inverso, com observação para taxas menos atrativas na recepção dos profissionais acadêmicos internacionais no Brasil. Isso ocorre mesmo as IES motivando professores estrangeiros, através de editais de vagas disponíveis que resulta entre as prioridades do processo de internacionalização. Há espaço para desenvolver a forma como o conhecimento adquirido no exterior vem sendo difundido e aproveitado nas instituições brasileiras no regresso desses. Lima e Maranhão (2009) concluem que a presença do Estado fortalece e institucionaliza o processo de internacionalização na educação superior, independente de ele assumir características de internacionalização passiva ou ativa.

A modalidade ativa, ou *incoming* segundo Luce e Fagundes (2016), assume a posição do país que recebe os estrangeiros, e o fluxo de alunos em uma instituição é considerado como um forte indicador de atratividade no panorama nacional e internacional. Para efetivação da qualidade de educação superior por intermédio da mobilidade acadêmica, cada IES deve

intensificar ações que promovam a visibilidade e efetividade da dimensão intercultural através de atividades estudantis e de extensão.

O diagnóstico atual da internacionalização no país foi levantado pelas CAPES (2017c), por meio de um questionário enviado a 430 IES brasileiras com programas de pós-graduação *strictu sensu*, que teve sua base em duas questões imprescindíveis: situação atual da internacionalização de cada instituição e seu projeto de internacionalização. Com o resultado deste questionário aplicado, a CAPES (2017b) pretende lançar um novo formato de programa que fomente a internacionalização nas IES brasileiras. Este programa abarca diversas frentes como; ampliar a autonomia das instituições permitindo assim as IES definirem seu plano estratégico, seus parceiros nacionais e internacionais com suas propostas de internacionalização.

As IES também devem oferecer condições que corroborem para a construção de um ambiente internacionalizado no ambiente universitário. As ações contemplam: “infraestrutura física e administrativa, uso de idiomas, projetos para receber estudantes e pesquisadores estrangeiros, treinamento de equipes e apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país” (CAPES, 2017c). Acrescenta CAPES (2017d) que os projetos de excelência internacionais são caros e desenvolvidos à longo prazo, o desafio projetado será obter recursos fora do orçamento público, prevendo a esses projetos uma verba não contingenciável. O governo em 2017 abriu edital que disponibilizará R\$ 300 milhões anuais para subsidiar “Projetos Institucionais de Internacionalização. Os projetos selecionados receberão recursos para missões de trabalho no exterior, bolsas no país e no exterior e outras ações de custeio devidamente aprovadas pela CAPES” (CAPES, 2017d).

A importância do tema na conjectura competitiva atual indica que o nível de internacionalização pode ser alcançado pelas universidades, desde que tenha sido feito o diagnóstico e esteja estabelecido as metas dentro das políticas institucionais que contemplem planos estratégicos e que sejam efetivamente empregados de acordo com os objetivos delimitados. Fundamental se faz a adequação das IES para receber as ações no avanço e consolidação da internacionalização, assim como sua comunidade acadêmica.

Como resultado de importância do tema no contexto contemporâneo têm-se os indicadores de internacionalização nos *rankings* acadêmicos nacionais e internacionais. Para Leal, Stallivieri e Moraes (2017), os *rankings* são ferramentas voltadas à hierarquização das instituições universitárias, composta por diferentes parâmetros avaliativos e que visam a informar estudantes, docentes e pesquisadores, ou pela sociedade em geral, sobre as IES nacionais e internacionais elencadas dentre os melhores padrões de ensino.

Ainda conforme os autores, esses *rankings* acadêmicos influenciam um cenário amplo de; políticas universitárias e governamentais, credibilidade financeira às instituições ranqueadas e favorecem o financiamento público e privado, maior procura de matrículas pelos discentes nacionais e internacionais. Elaborados do ponto de vista da transparência, esses *rankings* podem; ser utilizados como forma de prestação de contas para a sociedade (*accountability*), subsidiar as decisões da gestão universitária e governamental em relação à cooperação internacional e estimular o desenvolvimento de competências necessárias para atingir as melhores métricas. O cumprimento dos quesitos dos *rankings* atraem os melhores estudiosos e conseqüentemente prêmios Nobel, por isso a tendência das IES em se internacionalizar por meio de planos estratégicos definidos pelos reitores com objetivo de atingir os patamares desses sistemas de classificação nacionais e internacionais.

A pesquisa de Leal, Stallivieri e Moraes (2017), apresentou as principais ferramentas avaliativas e foram divididas em dois grupos; sendo três internacionais: *Academic Rankings of World Universities* (ARWU), *World University Rankings* (Q&S) e *Times Higher Education World University Rankings* (THE); e três nacionais: *Ranking* Universitário Folha (RUF), *Ranking* Guia do Estudante (GE) e Conceito Preliminar de Curso (CPC) / Índice Geral de Cursos (IGC). Cada *ranking* adota metodologia própria e classifica as universidades pelos seus critérios, “trata-se de uma espécie de avaliação de reputação e prestígio, que não necessariamente reflete a qualidade das instituições avaliadas” (LEAL; STALLIVIERI; MORAES, 2017, p. 3).

Os CPC/IGC são indicadores do país que auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas da educação superior e também como fonte de consulta pela sociedade por mensurar a qualidade dos cursos. O IGC indica também uma média ponderada pela Capes dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* das IES entre seus diferentes níveis de ensino; graduação, mestrado e doutorado. Os indicadores dos *rankings* internacionais e nacionais se atêm a diversos itens, como: a pesquisa (orçamentos, volume e reputação) são os principais critérios de avaliação; produção científica (artigos publicados e indexados em renomadas bases ou periódicos); ensino (corpo docente, infraestrutura, oferta de pós-graduação); mercado (referente à inserção dos egressos no mercado); número de ex-alunos vencedores de prêmio Nobel e medalhas Fields (ARWU); inovação (RUF) e demais fatores (LEAL; STALLIVIERI; MORAES, 2017).

No estudo dos autores, todavia, cinco dos seis *rankings* universitários mencionados na pesquisa aplica em sua análise aspectos relacionados à internacionalização, o ARWU faz de maneira indireta e o restante faz de modo direto (Q&S; THE; RUF; GE). O Q&S é o *ranking*

com maior percentual de indicadores explícito referente à internacionalização (10%). Continuando a citação, seguem de maneira geral os dados relativos às questões de perspectiva de internacionalização que as operadoras de *rankings* acadêmicos analisam: as citações de trabalhos da instituição por grupos internacionais; a colaboração internacional para pesquisa; proporção de docentes e estudantes internacionais, ou seja, mobilidade internacional. A internacionalização fica subentendida para outras finalidades além da pesquisa, como as políticas de idiomas e a internacionalização curricular, portanto infere-se que apresentam limitações na forma como a internacionalização é mensurada nos *rankings*.

Por fim, confirmamos que a ação de se tornar internacional é um quesito mundialmente reconhecido e mensurado, por isso é um item não menos importante a ser contemplado na política institucional. A falta de exato consenso dos conceitos de universidade internacional, transnacional ou global e a inexistência de modelos padronizados para internacionalização, dificulta sua gestão.

O questionário aplicado pela Capes (2017e) teve intuito de levantar dados atuais e previstos sobre a internacionalização nas universidades brasileiras e ele traz diversas informações que fomentam os artigos mencionados neste estudo. A Capes em seu estudo verificou e indica que as IES deverão contar com infraestrutura de escritório de relações internacionais e treinamento para sua equipe técnica, utilização de idiomas estrangeiros, projetos para receber estudantes e pesquisadores de outros países, apropriação da ciência adquirida pelo bolsista no retorno ao país e a universidade, mobilidade ativa e passiva de discentes e docentes, entre outras ações que fortalecem a construção de um ambiente internacional nas IES.

O estudo da Capes (2017e) foi dividido em dois grupos. O primeiro agrupamento contém 198 IES e um baixo aproveitamento de cotas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), assim como um menor número de cursos de pós-graduação por instituição quando comparado com o grupo dois. O agrupamento 2 possui 48 instituições com alto aproveitamento de cotas de PDSE e maior número de cursos de pós-graduação por instituição. Os dois grupos obteve como requisitos principais mencionados como a diferenciação de melhor estruturação de cada IES .

Segue abaixo os dados levantados a partir dos questionários enviados as IES brasileiras:

Tabela 1 - Média dos indicadores de internacionalização apontados pelas instituições no ano de 2016 e a média da meta para 2020, divididas em agrupamentos

Média dos indicadores de internacionalização apontadas pelas IES	Agrupamento 1		Agrupamento 2	
	2016	2020	2016	2020
Número de professores visitante e pós-doutores estrangeiros	2,90	9,70	60,00	139,60
% de professores do quadro permanente que são estrangeiros	2,41	5,45	3,66	8,60
Número de projetos de cooperação internacional	14,40	26,70	143,50	256,00
Número de artigos publicados em revistas com JCR	93,80	188,00	960,00	1808,70
Número de artigos publicados com coautoria estrangeira	25,01	70,88	428,20	692,83
% aulas ministradas em outro idioma	2,41	9,80	3,23	11,61
% alunos estrangeiros matriculados regularmente na IES	3,59	6,70	2,72	6,38
% alunos estrangeiros regulares na pós-graduação	2,30	7,91	3,38	7,90
% alunos estrangeiros temporários na pós-graduação	1,00	7,36	5,83	18,64
Número de alunos que obtiveram dupla titulação/cotutela com instituição estrangeira	1,00	8,30	15,80	103,00
Número de alunos de pós-graduação em disciplinas lecionadas em idiomas estrangeiros	15,00	58,50	313,00	674,30
Número de alunos de pós-graduação que possuam fluência em língua estrangeira	53,10	116,5	1567,60	2214,00
Número de alunos em doutorado sanduíche	2,30	11,70	90,30	241,90
% corpo técnico com fluência em outros idiomas	16,14	34,45	8,13	28,72

Fonte: CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A internacionalização na universidade brasileira**: resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, 31 out. 2017e. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Considerando os indicadores da tabela 1 como verdadeiros, esse resultado demonstra que a internacionalização da IES brasileira é embrionária quando se trata de parâmetros internos do campus, em ambos os agrupamentos. O nível de internacionalização das IES do agrupamento 1 é muito baixo, ainda que a projeção para 2020 de quase dobrar ou triplicar esses indicadores. Para os índices relacionados à mobilidade passiva, convênios e publicações os números continuam bem abaixo dos números dos atuais do agrupamento 2.

“Um quinto dos trabalhos científicos produzidos no mundo ocorre com coautorias internacionais, o que reflete que pesquisadores no mundo todo estão colaborando cada vez mais para produção de conhecimento e inovação” (CAPES, 2017e, p. 22).

Extraí-se que algumas políticas de internacionalização já foram implementadas, mas que muito ainda deverá ser feito e como parâmetro para avançar surge a barreira do idioma. Como nota-se também que será dado prioridade no PDSE em seu processo de internacionalização, devido ao enfoque da importância da mobilidade na formação de futuros profissionais com visões globalizadas, e no retorno ao país é possível impactar e difundir conhecimento para quem não teve ainda a oportunidade de sair do país.

O questionário Capes (2017e) aborda também nas questões discursivas abertas sobre o formato ideal de internacionalização nas IES e o que deve conter no planejamento estratégico,

e as respostas foram fragmentadas em categorias como; apoio, fomento, gestão de recursos e programas, reciprocidade e solidariedade, parcerias, se destacam. Este mapeamento servirá para a política da Capes fomentar nos pontos fracos e continuar com as ações de cooperação, além de aperfeiçoar os pontos fortes das universidades.

Com os resultados apresentados verifica-se o diagnóstico atual das IES brasileiras e a partir deste ponto pode-se traçar um plano estratégico de acordo com cada Instituição e cada fase que ela se encontre. O importante é a consciência da necessidade de progredir para o alcance dos resultados que a internacionalização traz.

Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a discutir o contexto da internacionalização no ensino superior brasileiro, o seu processo em si e em cooperação, avante investigar seus desafios e tendências. O intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as universidades, na conjuntura internacional, se torna possível e interfere na educação corroborando para o crescimento das universidades com novos estudos, novas culturas, aportes e formas de gestão frente às transformações e interações mundiais em constante mudança. A internacionalização tem o potencial de transformar todo o contexto acadêmico brasileiro, desde agregar para o currículo dos estudantes até os resultados de pesquisas.

O Brasil com suas políticas educacionais avança na cooperação internacional e implantou grandes processos de internacionalização. Sendo internacionalização das IES, por meio das diversas formas de cooperação, crucial para melhoria da qualidade do ensino e aumento da pesquisa que, unidos, criam condições para o desenvolvimento dos países e para o incremento da qualidade de vida das populações. Evidenciou-se que a internacionalização deve estar alinhada à missão da universidade, com um planejamento estratégico bem formulado e alinhado com a política institucional, sendo que o compromisso maior é a qualidade de ensino entregue a todos. A internacionalização é um processo necessário para que se permita que o ensino superior se torne responsivo perante os desafios da sociedade globalizada, entendida como um meio e não como um fim.

O entendimento é que existem limitações significativas para uma efetiva implantação e gestão da internacionalização, porém o processo não é mais incipiente e o país tem avançado na cooperação internacional necessária devido ela não pode ocorrer de forma isolada. Há uma compreensão maniqueísta das políticas educacionais, sem, contudo, perder o foco na direção

da proposta da internacionalização de diminuir a suposta inércia do setor público e romper com as desigualdades regionais advindos da globalização.

Sugestão para demais pesquisas na área que abordem a diferenciação de cursos conceituados e sua internacionalização, como o fato de quanto maior a nota Capes maior o conceito que traz mais visibilidade e conseqüentemente maiores pesquisas, fomentos e parcerias. Estabelecer critérios de conduta a seguir, a partir da exemplificação do que deu e está dando certo, no alcance de uma maior simetria entre programas e instituições aquém de outros similares.

Estar atento às tendências da internacionalização do Ensino Superior no país para que se possa gerar conhecimento de alto nível, como direito universal e fundamental dos indivíduos, e se tornarem competentes e qualificados, assim buscando oportunidades de progresso e desenvolvimento da cidadania. As limitações desse estudo residem nas escolhas bibliográficas dos autores. Sugestões de futuro estudos para análises longitudinais do que se tem atualmente e para qual patamar quer se alcançar na internacionalização das IES brasileiras.

Referências

ALTBACH, P. G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, Boston, EUA, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.

AVEIRO, Thais Mere M. O papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 27-28, p. 76-92, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/49938>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Araújo. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, 2012.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa disponibiliza R\$ 300 milhões para apoio a projetos de internacionalização**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <https://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8630-programa-disponibiliza-r-300-milhoes-para-apoio-a-projetos-de-internacionalizacao>. Acesso em: 19 nov. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Internacionalização do ensino superior precisa avançar sugere estudo da Capes.** Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8621-internacionalizacao-do-ensino-superior-precisa-avancar-sugere-estudo-da-capes>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Reunião aborda estratégias de excelência para universidades.** Brasília, DF, 2017d. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8636-reuniao-aborda-estrategias-de-excelencia-para-universidades>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A Internacionalização na Universidade Brasileira:** resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, DF, 2017e. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CENERINO, Alessandra; SILVA, Oswaldo Hidalgo da. A cooperação internacional e o processo de internacionalização das universidades estaduais do Paraná. *In: ENANPAD - ENCONTRO DA ANPAD*, 32., 2008, Rio de Janeiro. [Anais ...]. 2008. p. 154. 1 CD-Rom.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Institucional.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://cnpq.br/apresentacao_institucional. Acesso em: 24 nov. 2017.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: serving rather steering. **Public Administration Review**, USA, v. 60, n. 6, p. 549-559, nov./dez. 2000.

DE WIT, Hans. **Rationales for internationalization of higher education.** Millenium [s.l.] [s. n.], 1998. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/805/1/Rationales%20for%20Internationalisation.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DUARTE, Roberto Gonzalez *et al.* O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012.

FRANCO, Maria E. Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. Gestão democrática e autonomia universitária: educação superior no Brasil e o Mercosul. **Série Documental - Textos para Discussão**. Brasília: INEP, v. 20, p. 29-54, 2005.

HOCHGERNER, J. New combinations of social practices in the knowledge society. *In: FRANZ, Hans-Werne; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (eds). Challenge social innovation - potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society.* Berlin: Springer, 2012.

KRAWCZYK, Nora Rut. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o

caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2008.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, David (orgs.). **The policy sciences: recent developments in scope and method**. Standford, CA: Standford University Press, 1951.

LEAL, Fernanda Geremias; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. Indicadores de Internacionalização nos Rankings Universitários. *In: EnANPAD 2017*, 4., 2017, São Paulo. [Anais ...]. out. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34622722/EnANPAD_2017. Acesso em: 20 nov. 2017.

LIMA, Manolita C.; MARANHÃO, Carolina M. S. de A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; MEDIEL, Olga González. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 317-340, 2016.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 589-613, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000300589&lng=en&nrm=iso>., access on 20 Mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000300002>.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. 365 f. 2006. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Administração, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

PESSONI, Rosemeire A. B. Internacionalização do ensino superior. **International Studies on Law and Education**, São Paulo, n. 28, p. 93-110, 2017. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle28/93-110Rose.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PUIATI, Lidiane. SANDRI, Vanessa. Políticas de formação de professores em periódicos acadêmico-científico área da educação. **Edital CAPES/ INEP/ SECAD**. Brasília, n. 001/2008.

RODRIGUES, Leonel C.; TONTINI, Gerson. A universidade empreendedora: geração e transferência de tecnologia como fator agregador. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 2, n. 4, 2007.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. Coleção “Folha Explica”.

SANTOS, Aurea R. do N. A internacionalização rompendo fronteiras no ensino superior. **Revista SOMMA**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em: <http://ojs.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/view/51>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 120-156, jan./jul. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Rumo à universidade mundial – será feita à sua imagem e semelhança. **Textos para Discussão**, Brasília, INEP, v. 10, n. 20, p. 7-28, 2005.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

SUDGEN, Roger. A small firm approach to internationalization of universities: multinational perspective. **Higher Education Quarterly**, USA, v. 58, n. 2-3, p. 114-35, abr./jul. 2004.